



CEDI - P. I. B.
DATA <u>31/10/85</u> / <u>03/11/85</u>
COD. <u>101/11/85</u>

**FUNDO SAMUEL**  
da Igreja Evangélica Reformada

RELATÓRIO DE VISITA AO PROJETO KAIOWÁ-NANDEVA(PKÑ)

31/10/85 - 03/11/85

Jos Schoenmaker - Fundo Samuel

Gilberto Azanha - C.T.I.

Maria Inês Ladeira - C.T.I.

AGENDA

- 31/10 - 12:30 hs - Chegada
- tarde - Conversa Inicial/Programação  
com Equipe PKÑ
- noite - Reunião com Equipe
- 01/11 - Visita à Aldeia de Jacarey
- 02/11 - Visita à Aldeia de Paraguassú
- 03/11 - Conversa Final com Celso Aoki
- Retorno para São Paulo

## APRESENTAÇÃO

A visita ao Projeto Kaiowá-Nandeva, em companhia de Gilberto Azanha e Maria Inês Ladeira, do Centro de Trabalho Indigenista (CTI), teve por objetivo tomar conhecimento do atual momento vivido pelo PKÑ, bem como discutir os rumos de sua continuidade a partir de 1986 e seu encaminhamento junto à ADB e PPM que são responsáveis pelo apoio financeiro ao Projeto.

O presente relatório deverá relatar o conteúdo das discussões que tivemos com a equipe, complementado com as observações referentes à visita às aldeias. Em anexo, Gilberto Azanha e Maria Inês Ladeira aprofundarão o conteúdo de algumas dessas discussões, à luz de sua experiência como antropólogos e sua prática como coordenadores do Projeto Krahô e Projeto Guarani, do CTI, respectivamente.

## O ATUAL MOMENTO DO PKÑ

Encontramos a equipe do PKÑ envolvidíssima com um conflito de terra entre os índios Guaranis da localidade de Piraquá, próximo a Bela Vista. Nesta área de posse imemorial dos índios Guaranis vivem 250 índios, que receberam o reforço de índios provindos de diversas outras aldeias guaranis do M.S., como apoio à sua luta pela reconquista desta área. No momento de nossa visita, o fazendeiro havia ganho liminar na Justiça para despejo dos índios de 400 ha. de "sua" fazenda, parte da qual os índios vem utilizando para cultivo de roças. Isso obrigou Celso Aoki a viajar a Campo Grande para denunciar esta decisão junto à imprensa, e para articular o apoio à permanência dos índios e viabilizar a anulação desta liminar. Não sendo isso possível a nível estadual, Paulo Pepe se encarregou de facilitar a ida das lideranças guaranis desta aldeia à Brasília para lá tentar evitar o despejo policial, previsto para 06/11.

Este alvoroço, se em certa medida dificultou uma discussão mais tranquila do trabalho como um todo, por outro lado retratou a realidade cotidiana vivida pela equipe neste último meio ano, de intenso envolvimento nas questões de terra desta região. Envolverimento que vem exigindo constante disponibilidade e ao qual não poderia faltar, como de praxe nestas regiões de conflito, a ameaça de morte por parte de fazendeiros que se sentem prejudicados em seus interesses e que não admitem que índios possam ter

direitos.

### PROGRAMA DE ROÇAS

O desenvolvimento deste programa se encontra relatado em detalhes no último relatório elaborado por Paulo Pepe, da equipe do PKN. O objetivo deste programa, que deu origem ao PKN, é de contribuir para a melhoria das condições de subsistência dos índios nas aldeias, pela sua organização interna para este fim e através de fornecimento de sementes, ferramentas e provistas.

Se de início o programa se propunha a oferecer uma alternativa a "changa" (trabalho geralmente mal remunerado nas fazendas) pela comercialização do excedente produzido nas roças comunitárias, atualmente o programa está mais voltado ao fortalecimento das roças de subsistência (alimentos). O fornecimento de sementes, ferramentas e provistas se condiciona a não disponibilidade destes recursos a nível local (por colheita própria ou fornecidos pela FUNAI) e tem se restringido ao mínimo frente à prioridade dada a novas aldeias que buscam apoio inicial para o plantio de suas roças. Atualmente o programa atende 10 aldeias: Takuapiry, Ramada, Jacarey, Pirajuy, Amambai, Limão Verde, Rancho Jacaré, Paraguassú, Jaguapiré e Piraquá.

Nas primeiras o envolvimento data de muitos anos, Amambai e Limão Verde se integraram ao programa no ano passado, e nos últimos o envolvimento se deu a partir da resolução da questão de terras, sendo que Rancho Jacaré já se encontra demarcado (700 ha.) e os últimos três ainda estão em processo de resolução. O programa de roças nestas últimas se reveste de particular importância, contribuindo para a efetiva ocupação destas áreas de posse imemorial dos Guaranis, evitando seu abandono por falta de condições de subsistência.

Isto justifica a prioridade que vem sendo dado pelo programa ao atendimento a estas aldeias.

A visita à aldeia de Jacarey me impressionou vivamente, com relação à última visita a esta reserva há 4 anos, pela quantidade de roças cultivadas, pela variedade do que vem sendo cultivado (arroz, feijão, mandioca, batata doce, abóbora, melancia, árvores frutíferas, além da soja e mamona, para comercialização, etc.). A impressão é de relativa fartura, apesar de não haver dados objetivos a respeito da população efetivamente beneficia-

da (a Reserva conta com aproximadamente 1.500 índios, 2.000 ha.).

A satisfação dos que receberam este apoio inicial é grande e visível. O índio Henrique, que recebeu apoio para si e para seus parentes por dois anos está muito satisfeito com o que realizou com seu trabalho, há ali - mento suficiente para todos, mas bem que gostaria de receber mais uma a juda para "melhorar ainda mais". O índio Isidro, que desde os nove anos' trabalhava em fazendas e há apenas 3 anos está em Jacarey onde se dedica intensamente à lavoura, resume em poucas palavras o que significa isto ' para ele: "a lavoura é meu último patrão". Ele fala também da dificulda - de de trabalhar em conjunto com outros, o que economicamente poderia ser muito vantajoso (soja e mamona, p.ex.) porque sempre que o grupo precisa trabalhar junto, alguns estão na "changa" e acaba ficando sozinho. Um dos motivos apontados por Isidro para a necessidade de "changuear" é a dificuldade que os índios tem de regular a comercialização de suas colhe itas. No momento da precisão, não tendo mais o que vender, sem ter guar - dado para comer, a única saída acaba sendo a "changa".

O capitão Carlos, um líder de muita habilidade, forte e constante incen - tivador do cultivo da roça por todos os índios, está convencido de que mesmo sem continuidade do apoio externo as roças vão continuar. Ele de monstra estar muito consciente da necessidade de preservar ao máximo a terra da reserva, especialmente as poucas matas ainda existentes.

Como prioridade para a continuidade do apoio do PKN à comunidade ele vê a questão de saúde, especialmente medicamentos. Ele queixa do atendimen - to dado pela Missão Kaiowá com relação à saúde e de sua pouca disponibi - lidade em servir a comunidade.

Era grande o interesse dos índios a respeito dos acontecimentos em Pira - quá, e um grande grupo estava já preparado para iniciar a viagem de mais de 200 Kms para dar seu apoio e reforçar a segurança de seus irmãos na defesa de sua terra.

Cabe ressaltar que, mesmo sendo decisiva a participação do PKN, outros ' fatores contribuíram para a ampliação do movimento de lavoura nesta alde ia: a hábil liderança do Capitão Carlos e a estabilidade interna dela re - sultante, o apoio do CIMI e ainda recursos da FUNAI agora aplicados nes - te setor. Por isso mesmo a presença do PKN se limita ao fornecimento oca - sional de sementes de arroz e soja principalmente.

A aparentemente próspera situação de Jacarey não pode ser generalizada para as outras aldeias, muitas das quais enfrentam ainda sérias dificuldades. Limão Verde, por exemplo, que luta com a falta de fertilidade do solo, falta de água, etc; Amambai, onde o movimento de lavoura é ainda incipiente; Rancho Jacaré, onde desde o ano passado houve total reversão na prosperidade alcançada devido à instabilidade política que ameaça desestruturar esta comunidade.

A nível da atuação da equipe do PKN neste programa, sentimos que a própria limitação de seu quadro de pessoal (3 pessoas), o grande número de aldeias atendidas e a prioridade política dada, justificadamente, às aldeias envolvidas em conflito pela posse da terra, dificultam uma dedicação mais efetiva aos objetivos específicos deste programa e às prioridades que a partir destes se possa definir frente à situação específica de cada aldeia.

Neste sentido sugerimos que para o Plano de Trabalho para 1986 se busque definir, à luz dos objetivos específicos deste programa, metas mais claramente definidas frente a realidade específica de cada aldeia, bem como as exigências delas resultantes quanto à organização interna do PKN (pessoal, e outras).

Mesmo consciente que a realização destas metas independe em muitas de suas variáveis da atuação possível do PKN, acredito que isto possa contribuir para uma atuação mais efetiva da equipe em relação aos objetivos específicos deste programa.

#### PROGRAMA DE TERRA

Através deste programa o PKN vem dando seu apoio à luta dos Guaranis da região pela reconquista de áreas de posse imemorial deste povo, ainda não reconhecidas ou demarcadas como tal.

Em nosso relatório anterior (27/7/84) colocávamos que "grande parte da população Guarani vive fora das Reservas demarcadas em vastas áreas que tradicionalmente habitam e que vem sendo ocupadas pela expansão das fazendas agro-pecuárias". O resultado é que os índios destas áreas acabam sendo expulsos das fazendas, buscando geralmente abrigo nas Reservas demarcadas, acarretando sua superpopulação e fomentando a instabilidade política interna destas reservas. De fato, trata-se de uma integração forçada de grupos histórica e politicamente independentes. Por isto mesmo diversos grupos acabam retornando às suas áreas tradicionais, mesmo sob o risco de no-

expulsão pelos fazendeiros.

Foi o que aconteceu nas áreas do Rancho Jacaré e Guaimbé, recentemente demarcadas e é o que está acontecendo nas áreas de Piraquá, Paraguassu e Jaguapiré - 3 novas frentes pela reconquista da terra tradicional às quais o PKN vem dando seu apoio.

Este apoio consiste principalmente em promover condições mínimas de permanência e ocupação efetiva destas áreas, pelo fornecimento de alimentação básica e sementes/ferramentas para o cultivo das roças; bem como contribuir para o encaminhamento do procedimento legal para demarcação destas áreas, junto a FUNAI.

Este procedimento legal consiste inicialmente na elaboração de um laudo antropológico, atestando e circunscrevendo a ocupação histórica destas áreas pelos índios. Com base neste laudo funcionários da FUNAI procedem à assim chamada Eleição de Área, delimitando geograficamente a área ocupada, a partir da qual a FUNAI pode eventualmente determinar a interdição da área como terra indígena. No entanto, a decisão definitiva da demarcação da área está a cargo de um Grupo Interministerial (Ministério do Interior, Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário em conjunto com a FUNAI). Nas 3 áreas mencionadas, o que se aguarda é uma definição deste Grupo Interministerial quanto à sua demarcação.

Fato é que esse processo traz em seu bojo todo o conflito de interesses de fazendeiros e índios sobre a terra em questão, em que os primeiros lançam mão de todos os meios legais e ilegais para assegurar seus interesses, inclusive pela ameaça e pela prática da violência. Os índios tiveram suas casas diversas vezes derrubadas e queimadas, Celso Aoki chegou a ser ameaçado de morte pelo mesmo fazendeiro que determinou a morte de Marçal, a maior liderança Guarani da região.

O envolvimento do PKN no apoio a esta justa, legítima e vital luta dos Guaranis pela reconquista de suas terras é determinante para seu sucesso. A própria importância desta luta e as muitas e por vezes extenuantes exigências que isto coloca para a equipe do PKN justifica plenamente a atenção prioritária que vem sendo dada a estas áreas, mesmo que em detrimento de um acompanhamento mais regular do desenvolvimento do trabalho nas outras aldeias. Os próprios índios entendem melhor que ninguém esta necessidade.

A própria equipe se ressentida de condições mais adequadas para atender à demanda neste campo. Além das 3 aldeias mencionadas, há pelo menos cinco que



necessitam de apoio do PKN pela demarcação destas áreas, fora outros núcleos guaranis na região que necessitariam de um levantamento de sua real situação.

O ressentimento maior da equipe se dá com relação à falta de assistência jurídica efetiva no encaminhamento destas questões.

Existe a proposta de se contratar um advogado em conjunto com o CIMI para contribuir neste encaminhamento. A dificuldade maior reside em encontrar um advogado que se disponha a assumir este encargo e que tenha condições de fazê-lo.

A nosso ver, é evidente a necessidade de fortalecer a equipe na articulação do apoio a estas comunidades, mas ficou a dúvida se um advogado seria o profissional mais indicado para este fim, por não estar suficientemente definido seu papel específico. Pela própria dificuldade de se encontrar um profissional neste campo e mesmo pela dúvida mencionada, sugerimos que se procure contato com o Departamento Jurídico da Comissão Pró-Índio de São Paulo buscando de sua parte um compromisso mais efetivo na assistência jurídica ao PKN.

Tivemos nesta viagem ocasião de visitar a aldeia de Paraguassú, que já conquistou 200 ha. mediante acordo firmado entre o fazendeiro e a FUNAI e que aguarda a decisão do Grupo Interministerial quanto à demarcação de uma área de aproximadamente 2000 ha.. Conversamos com as lideranças desta comunidade de pouco mais de 200 índios, Pancho e Hamilton, entre os quais há divergências quanto à área a ser demarcada.

O que nos chamou a atenção foi a vitalidade desta comunidade. Logo que chegamos se formou espontaneamente uma reunião de homens, mulheres e crianças junto à casa das lideranças, traduzindo o grande envolvimento e a participação de todos nas questões de seu interesse.

O apoio do PKN tem sido vital para assegurar a permanência desta comunidade e a ocupação da área pelas roças, plantadas em grande extensão.

Tivemos o privilégio de andar pelos restos soterrados do Forte N. S. dos Prazeres, construído pelos portugueses às margens do Rio Iguatemi, em 1600, para defender o território da ameaça de invasão pelos espanhóis.

#### PROGRAMA DE SAÚDE

Tanto por ocasião da visita de J. Stahn, da PPM, e de H. Kieft, da ADB, foi

discutida a ampliação da atuação do PKN também para o campo da saúde, especialmente na prevenção da tuberculose nas aldeias. O atual atendimento pela Missão Caiowá, centralizado no hospital de Dourados em nada contribue para este fim. A proposta do PKN é de estruturar uma alternativa de atendimento a nível de uma das comunidades atendidas pelo PKN em outros programas. No entanto, a própria sobrecarga da equipe com relação especialmente à questão de terras tornou inviável qualquer avanço mais efetivo com relação a esta proposta. A necessidade de um melhor atendimento no campo da saúde foi apontado também pelo Capitão Carlos, de Jacarey, insatisfeito com o atendimento dado pela Missão Caiowá à sua comunidade. No entanto, a situação pouco se alterou com relação ao que descrevemos por ocasião de nossa última visita, permanecendo válidas as considerações levantadas em nosso relatório.

Por outro lado, tivemos ocasião de discutir o recente envolvimento do PKN no Projeto de Saúde desenvolvido pelo Convênio FUNAI/SUDELPA junto aos Guaranis do Estado de São Paulo, contando com apoio suplementar da OXFAM, na compra de um veículo e sua manutenção a serviço da equipe responsável pelo projeto.

Este projeto de saúde, que visa melhor atendimento dos Guaranis em cooperação com o serviço de saúde pública estadual na região, surgiu a partir do Projeto Guarani desenvolvido junto a estas comunidades pelo Centro de Trabalho Indigenista, sob a coordenação de Maria Inês Ladeira. A participação da coordenadora do Projeto Guarani no Grupo da Terra da SUDELPA (Superindência para Desenvolvimento do Litoral Paulista) contribuiu para que a questão de resolução de conflitos de terra e sua posterior demarcação bem como o Projeto de Saúde fossem assumidos por este organismo, com recursos do Estado, incumbência esta que foi oficializada pelo Convênio FUNAI/SUDELPA. No trabalho desenvolvido a partir deste Convênio teve participação também o antropólogo Rubem Thomaz de Almeida, na qualidade de Assessor de Presidência da FUNAI para Assuntos Guaranis, cargo que até recentemente ocupava junto a este organismo federal. Com relação ao PKN cabe lembrar que Rubem de Almeida foi o seu iniciador e primeiro coordenador, sendo atualmente co-responsável pela assessoria antropológica ao PKN, em conjunto com Carlos Alberto Ricardo, do CEDI. Com relação ainda ao Projeto de Saúde referido, Rubem de Almeida contribuiu para encaminhar junto à OXFAM um pedido de complementação de recursos para compra e manutenção de um veículo a serviço da equipe de saúde responsável. O que causa estranheza é o fato de que o pedido e a canalização dos recursos correspondentes esteja sendo fei



ta em nome do PKÑ:

Trata-se, a meu ver, de um encaminhamento indevido por diversas razões:

- o envolvimento neste Projeto de Rubem de Almeida, responsável por este encaminhamento junto à OXFAM, se deu na qualidade de Assessor da FUNAI e não como representante do PKÑ;

- o PKÑ não tem nenhuma participação efetiva no trabalho desenvolvido junto aos Guaranis do Estado de São Paulo nem dispõe de situação jurídica regularizada para assumir legalmente a responsabilidade pela canalização destes recursos suplementares ao Projeto de Saúde;

- no caso de haver necessidade de uma entidade assumir a canalização destes recursos, me parece mais indicado que isto seja feito através do Centro de Trabalho Indigenista, responsável pelo surgimento deste Projeto de Saúde bem como pela orientação e acompanhamento de sua implantação, além de dispor de situação jurídica legal para este fim;

- o envolvimento do PKÑ no encaminhamento deste Projeto de Saúde não se justifica, a meu ver, como necessidade para este Projeto nem como prioridade para o próprio PKÑ já por demais sobrecarregado com as exigências colocadas pelo seu envolvimento junto aos Guaranis de Mato Grosso do Sul, e sua própria organização para este fim.

Isto nos leva a concluir que o envolvimento do PKÑ se pode constituir mais em fator complicador do que facilitador no encaminhamento deste Projeto de Saúde junto aos Guaranis do Estado de São Paulo, razão pela qual considero da maior importância que tal encaminhamento seja rediscutido junto às entidades envolvidas (CTI, OXFAM, PKÑ).

#### ORGANIZAÇÃO INTERNA DO PKÑ

##### LEGALIZAÇÃO JURÍDICA

A elaboração dos Estatutos do PKÑ está concluída, aguardando-se para breve o seu registro. A legalização jurídica virá exigir providências quanto à regularização jurídica do PKÑ em diversos aspectos:

- regularização trabalhista - através da contratação dos membros da equipe e o recolhimento dos encargos sociais correspondentes. É importante que nesta ocasião se defina a política salarial a ser adotada pelo PKÑ, em níveis compatíveis com as necessidades e responsabilidades assumidas pelos membros da equipe;

- regularização do patrimônio - transferência da propriedade dos veículos do projeto ao PKÑ, bem como a regulamentação dos imóveis (a propriedade

dos terrenos sobre os quais se construiu garagem e escritório do PKN é de integrantes do Projeto, devendo ser definida uma solução para sua transferência ao PKN).

- regularização administrativa - a ser encaminhada junto ao contador contratado pelo PKN, com base nas exigências legais e necessidades quanto à prestação de contas às Agências.

Para que a constituição do PKN como entidade não seja apenas uma formalidade jurídica/administrativa, mas possa traduzir o desenvolvimento de sua organização própria frente às responsabilidades assumidas em seu trabalho é da maior importância que se constitua de fato o seu corpo diretivo em consonância com a proposta e os objetivos constantes dos Estatutos.

#### EQUIPE PKN

A Equipe se constitui atualmente de 3 membros, Celso, Paulo e Joaquim (Quincas), tendo Israel se retirado recentemente. A Equipe se sente limitada no atendimento da grande demanda frente às responsabilidades assumidas, o que está representando grande sobrecarga para toda a equipe e em especial para o seu coordenador, Celso Aoki. A ampliação da Equipe com pessoas que possam efetivamente assumir responsabilidades no desenvolvimento de seus programas se constitui por isto mesmo em prioridade. Experiências passadas ensinam, por outro lado, que não é tarefa simples encontrar estas pessoas, sendo de qualquer forma importante que se assegure as condições de sua contratação.

A atuação dos membros da Equipe, pela sua dedicação e seu desempenho, inspira toda confiança e respeito.

#### RELAÇÃO COM ADB/PPM

A partir da proposta formulada por H. Kieft quanto à continuidade da participação financeira da ADB/PPM foi proposto que a Equipe encaminhe no prazo mais breve possível seu Plano de Trabalho para 1986, definindo os passos que pretende realizar em cada um de seus programas (Roças, Terra e, eventualmente Saúde), bem como as condições internas (Equipe, especialmente) necessárias à sua realização. Acreditamos que o teto de US\$60.000 proposto para a participação de ADB/PPM deverá ser suficiente para o desenvolvimento dos trabalhos em 1986. Caso a previsão orçamentária ou a própria evolução dos acontecimentos justifiquem outra conclusão, será rediscutida a participação financeira de ADB/PPM.

Quanto à participação financeira da PPM no decorrer de 1985, que se limitou à liberação do saldo disponível de anos anteriores, será elaborada uma proposta em conjunto com o tesoureiro do Fundo Samuel, equilibrando a participação de ADB e PPM nos reembolsos efetuados este ano.

Com relação à prestação de contas, a proposta de fazê-lo mensalmente se demonstra inviável na prática e propomos um esquema trimestral, em que a liberação de recursos se condicione à prestação de contas do penúltimo trimestre. Cabe ao Fundo Samuel esclarecer melhor as exigências quanto a esta prestação de contas, em condições de atender às necessidades das Agências.

Propomos que a canalização dos recursos em 1986 continue se dando ainda através do Fundo Samuel, possibilitando ao PKÑ, após sua legalização, estruturar-se internamente de maneira a poder assumir diretamente este encargo.

Cabe ainda ressaltar que a visita de H. Kieft, da ADB, no início deste ano foi experimentado pela Equipe como extremamente positiva, pela afinidade de pontos de vista com relação ao encaminhamento do trabalho, cuja compreensão se expressa também em seu relatório.

#### RELAÇÃO COM A FUNAI

Era grande a expectativa de que a FUNAI tomasse novos rumos com a instauração da Nova República, expectativas que não se confirmaram. Pelo contrário, a atual administração da FUNAI é qualificada como uma das piores dos últimos tempos e vem sendo avaliada como um retrocesso. Se de um lado isto dificulta uma atuação coordenada, por outro lado o espírito da Nova República torna a FUNAI mais vulnerável à pressão proveniente da organização dos índios na conquista de seus direitos, no que o PKÑ vem desempenhando um papel determinante.

Está em estudos a implantação de uma Delegacia da FUNAI em Amambai, voltada exclusivamente para o atendimento da população Guarani desta região. A implantação desta Delegacia corresponde ao anseio dos Guaranis, mas também esta conquista pode se demonstrar um retrocesso dependendo da forma e da prática de sua atuação. A Equipe do PKÑ não tem se envolvido diretamente na efetivação desta proposta, aguardando o desenrolar dos acontecimentos para definir sua atuação frente à questão.

RELAÇÃO COM OUTRAS ENTIDADES: CIMI, TAPEPORÃ E OUTROS

Entre as Missões atuantes junto aos Guaranis da região, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) da Igreja Católica e o Projeto Tapeporã desenvolvido pela Igreja Metodista na Reserva de Dourados tem maior proximidade quanto ao compromisso assumido frente à realidade vivida pelos Guaranis do Mato Grosso do Sul. Tem havido reuniões entre os integrantes destes trabalhos no sentido de buscar uma maior coordenação de suas ações. Com a saída de Antônio Brandt, nomeado secretário executivo do CIMI-Nacional, a liderança desta coordenação vem sendo assumida pelo PKÑ, na pessoa de Celso Aoki. Celso tem se empenhado também pela articulação de pessoas e entidades em Campo Grande em apoio à causa indígena do Mato Grosso do Sul. A ampla divulgação das notícias referentes aos conflitos de terra envolvendo os índios da região são também reflexo destas gestões.

CONCLUSÃO

A presença do PKÑ e o trabalho desenvolvido pela sua equipe junto aos Guaranis do Mato Grosso do Sul tem sido determinante para sua organização frente a suas necessidades e direitos, com relação à sua subsistência e mais ainda com relação à sua luta pela terra a que tem direito e da qual necessitam para sua sobrevivência como povo. O papel imprescindível que o PKÑ vem desempenhando neste processo justifica plenamente a continuidade desta iniciativa e o apoio financeiro de que necessita para a realização de seu trabalho.

Espero que esta visita, as discussões e as sugestões formuladas com relação ao encaminhamento dos programas e a organização interna do PKÑ possam contribuir para o seu fortalecimento no decorrer de 1986.

São Paulo, 6 de novembro de 1985.

Jos Schoenmaker

cc. PKÑ

ADB/PPM

Carlos Alberto Ricardo/Rubem Thomas de Almeida - Assessores PKÑ

Gilberto Azanha/Maria Inês Ladeia - CTI